

DESPACHO

Processo: 3789/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Ocorrências e participações

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de notificação ao/à proprietário/a para proceder à limpeza de lote

Local: Rua do Espírito Santo (lote 63 - Quinta do Souto), União de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/33338 de 13 de Outubro de 2025.

RESOLUÇÃO

Face à informação prestada pela agente fiscalizadora, que em deslocação ao local, a 01/10/2025, constatou que o lote identificado no processo se encontra com vegetação suscetível de afetar a salubridade ou provocar risco de incêndio, em violação do disposto no artigo C-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), pelo que, foi elaborada a respetiva Participação (PI-781-2025), de modo a que o Departamento Jurídico instaure o competente processo contraordenacional.

Face ao exposto, propõe-se superiormente que seja efetuada a notificação do proprietário (recentemente apurado), identificado no processo, de que:

- Para, no prazo de quinze (15) dias úteis, proceder à limpeza do mesmo, tendo em conta a violação do disposto no artigo C-1/26.º do CRMB; e
- Informando, ainda, que dispõe do prazo de dez (10) dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal projeto de decisão, bem como requerer diligências complementares e/ou juntar elementos que considere relevantes, em sede de direito à audiência prévia dos interessados, conforme o disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo.



Findo o prazo de audiência prévia sem que se pronuncie:

- a) Presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, transformando-se este automaticamente em decisão final;
- b) Dispõe do prazo de quinze (15) dias úteis para proceder voluntariamente à realização dos trabalhos de limpeza do lote.

Decorrido o prazo sem que tenha sido dado cumprimento aos termos da presente notificação, o Município procederá coercivamente à limpeza do lote, imputando posteriormente os custos havidos com tal operação ao/à proprietário/a (conforme o disposto no artigo C-1/26.º do CRMB).

Mais se propõe que seja dado conhecimento ao/à denunciante das diligências em curso.

À superior consideração da Diretora do Departamento de Fiscalização, Dr.^a Bárbara Magalhães,

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

